



A Democratização da Informação na Gestão Pública: A Cibercomunicação como Ferramental Estratégico no Tratamento da Informação.¹

Roberto Gondo Macedo²

Universidade Metodista de São Paulo – UMESP

Resumo

Democracia, tecnologia e poder local são temas que vêm sendo estudados com profundidade ao longo das últimas décadas. O objetivo deste artigo é analisar alguns desses temas: A gestão municipal quanto à utilização das novas tecnologias, a capacidade estratégica para integrar instrumentais de gestão com a Cibercomunicação. A democratização da gestão pública foi estudada a partir das principais “inovações” na forma de gestão e de atenção ao tratamento da informação para a otimização de processos e transparências nas negociações do município direcionadas para o e-governança e Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI).

Palavras-chave

Democracia; Cibercomunicação; Gestão Pública; Inovações Tecnológicas; Planejamento Estratégico.

A relevância da Cibercomunicação para o fortalecimento do poder local

No Brasil, principalmente a partir da constituição de 1988, vem ocorrendo uma descentralização político-administrativa do governo federal para os estados e municípios. Segundo Daniel (1994), “alguns municípios foram campo de um processo de descentralização do poder no qual a participação da população na gestão pública foi bastante significativa”.

Deste modo, a descentralização passou a ser uma opção para diversificar os espaços para o exercício dos direitos e liberdades civis, a autonomia da gestão municipal, a participação social, o controle e uso correto e otimizado de processos da gestão da informação e tecnologia e a auto-gestão.

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos núcleos de Pesquisa em Comunicação, NP-TI – Tecnologias da Informação e da Comunicação, do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 2007.

² Roberto Gondo Macedo é Doutorando em Ciências da Comunicação da UMESP cuja linha de pesquisa é de Propaganda Política. É Mestre em Administração com linha de pesquisa em Administração Pública e Regionalidade pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – IMES. É consultor nas áreas: pública, mercadológica e educacional. É Diretor de Planejamento das empresas Naster e IGC. Atua como docente na Faculdade de Mauá – FAMA e coordena o curso de MBA em Gestão Pública na mesma instituição.



Com a implementação das novas tecnologias e com a interatividade da Cibercomunicação das relações usuais da informação surge uma nova necessidade para os gestores públicos, a de utilizar os conceitos de interação de informações como ferramental para agregar valor a sua relação com a população e fomentar o conceito de transparência nas decisões tomadas no poder executivo.

O poder local ganha importância na busca da democracia e no fortalecimento dos municípios na medida em que a administração local funcione como mantenedora e catalisadora da informação regional e que, na cotidianidade entre sociedade e seu espaço, construam identidades e culturas locais que gerem projetos e lideranças com perfis inovadores no governo e na sociedade.

Através de ferramentas tecnológicas, como por exemplo, a *world wide web*, através de seus *web-sites* e seus portais informacionais o gestor público conquista um aliado a manobras no fluxo da informação no contexto da Cibercomunicação.

O conceito do fluxo de informações não se limita apenas ao uso e estrutura interna da comunicação, um condicionamento natural da sociedade conectada em rede exige por consequência a integração das informações com acesso a população participativa de uma governança local.

Poder local, democracia e democratização da informação

A base da democratização da gestão pública pressupõe tanto a descentralização do poder para os municípios quanto uma mudança na relação entre estado e sociedade que simplifique a participação desta na região, principalmente na questão do acesso a informação.

Como descentralização e participação sozinhas não levam a democratização, sendo faces da mesma moeda, é preciso que ocorra o fortalecimento do poder local, não só sob a forma de uma maior autonomia do nível municipal em relação a outras esferas, mas também da multiplicação de canais de intervenção na ação estatal que se abram à participação dos diversos atores presentes na cena local.



A integração com o poder legislativo e judiciário permite que as premissas na execução de tarefas sejam elas com base em licitações públicas, parcerias públicas privadas ou relação de aprovação de ementas e leis, possam estar mais acessíveis em outras formas de mídia eletrônica e impressa. A evolução da Cibercomunicação tendência uma relação do poder público com sociedade local de forma mais integrada e conseqüentemente democrática.

É preciso salientar que, apesar de o espaço local possuir um fundamento territorial, é definido principalmente pela configuração do conteúdo de redes sociais e de relação tecnológica com relações de cooperação e conflito, articuladas em torno de interesse, recursos e valores (FISHER, 1993).

A relação entre a busca da democracia e o fortalecimento do poder local ocorre na medida em que o poder adquirido pelo governo municipal seja partilhado com os demais atores da cena local. É necessário, portanto, tanto uma autonomia da gestão municipal em relação às outras esferas quanto à articulação entre instituições locais representativas do Estado e da sociedade civil.

A tecnologia da informação permite que todos os processos públicos sejam migrados para rotas de dados, facilitando assim a integração entre secretarias, fundações e rotinas burocráticas e orçamentárias no âmbito público.

A questão do poder local passa basicamente pela reformulação do papel da sociedade na esfera estatal e pelo resgate do Estado para sua função pública. A democratização está relacionada ao rompimento com os padrões tradicionais de gestão relativos às relações de poder entre os atores locais, tanto governamentais quanto não governamentais, e entre as esferas municipal, estadual e federal.

Segundo Daniel (1994) está acontecendo uma mudança de modelo, no sentido de revolucionar a maneira de organização e prestação dos serviços públicos, a partir de uma abordagem voltada ao cidadão, o que exige controle social. O autor utiliza o conceito de “empreendedorismo urbano”, uma postura inovadora tanto dos atores quanto do desenvolvimento econômico local.

Algumas características importantes para a atuação eficaz dos governos locais são o compromisso com o desenvolvimento local e integração tecnológica, através da relação de mídias tradicionais com mídias de representação digital. A Cibercomunicação



permite o desenho de novas parcerias e a elaboração de diagnósticos comunicacionais e informacionais aprofundados.

É fundamental a identificação dos atores sociais envolvidos, suas capacidades de adaptação tecnológica e seus interesses de transmissão e transparências das informações para o seu público. Estes atores podem ser, além do próprio governo local, os governos estadual e federal, ONG's, comunidades organizadas, instituições de ensino e pesquisa, empresas, entidades corporativas e pessoas interessadas.

Em um trabalho de articulação política, se constrói um aparato institucional, a partir de conselhos de desenvolvimento local, consórcios intermunicipais, cooperativas, associações comunitárias, dentre outros.

A necessidade de intercomunicação e informação mútua entre os sujeitos está ligada à avaliação e adaptação com a interatividade tecnológica. Esta deve possibilitar que a população avalie a gestão, políticas e programas e que seus resultados sejam apresentados e tenham impacto na gestão.

Do mesmo modo, é importante que sejam criados ou legitimados canais institucionalizados para inserir os diversos grupos na tomada de decisões, o apoio técnico de pesquisadores e consultores na gestão, através de convênios com instituições de ensino e pesquisa, assim como a influência da mídia, partidos políticos e opinião pública.

Para que a gestão seja de fato democrática, os setores implicados precisam ser organizados, fortes e representativos, para que possam participar das decisões e avaliações, de modo e interferirem na gestão da política e da comunicação pública, e para que as demandas dos vários setores sejam atendidas a seus interesses representados.

A identificação das idéias, valores, recursos que os atores mobilizaram na fase de implementação a sua ação permitem explicitar sua posição em relação à política e ao poder dos recursos tecnológicos que propiciam a utilização das novas mídias derivadas da Cibercomunicação.



PETI (Planejamento estratégico da tecnologia da informação) e Cibercomunicação

Para integrar a gestão da informação, as organizações de serviços públicos obedecem a novas legislações e enfrentam um ambiente competitivo, globalizante e turbulento, necessitam realizar sua reestruturação, reorganização, flexibilização, adaptação e modificação de forma política, social, ambiental e econômica, para continuar presentes e atuantes de forma competente. Nesse contexto, o relevante papel da TI (e-governança) pode ser revisto.

A partir da estruturação das informações e da disponibilização compartilhada dos conhecimentos organizacionais personalizados, a TI e seus recursos podem agregar valores aos serviços públicos, auxiliando a promoção da sua inteligência organizacional (TOIVONEN, 1999).

Para McGee (2000), “o alinhamento estratégico dos serviços públicos e da TI é muito importante para a atuação e perenidade dessas organizações, principalmente quando é utilizado como ferramenta de gestão”.

Muitos são os fatores que, em conjunto, levam essa atividade ao sucesso: humanos, comportamentais, sociais, culturais, políticos, ambientais, organizacionais, sistêmicos e tecnológicos.

O planejamento estratégico da tecnologia da informação (PETI) é um processo dinâmico e interativo para estruturar estratégias, tática e operacionalmente as informações organizacionais, a TI (e seus recursos: *software*, *hardware*, sistemas de telecomunicações, gestão de dados e informações), os sistemas da informação (estratégicos, gerenciais e operacionais), os sistemas de conhecimento, a rede de baseada na evolução da Cibercomunicação, as pessoas envolvidas e a infra-estrutura necessária para o atendimento de todas as decisões, ações e respectivos processos das organizações de serviços públicos.



Cultura de informações e Cibercomunicação nas organizações nos serviços públicos

O processo de aculturação de informações e da Cibercomunicação nas organizações de serviços públicas será mais facilitado e efetivo se os seus gestores e usuários estiverem conscientes e plenamente envolvidos com a TI e seus recursos. Caso contrário, o processo de evolução da Cibercom não será envolvido pela organização, sendo decorrente o processo hostil de aprendizagem dos novos recursos e tecnologias.

As informações dentro das organizações de serviços públicos passam por ciclos evolutivos até serem plenamente estruturadas e disponibilizadas. Esses ciclos evoluem em estágios crescentes e também diferentes para cada organização. (MINTZBERG, 1993).

Os estágios iniciais são: iniciação, contágio, controle, integração, administração de dados e maturidade. O conhecimento pode ser chamado de sétimo estágio de cultura de informações e de tecnologia da informação nas organizações de serviços públicos.

A idéia central é administrar as informações transformando-as em conhecimento explícito e compartilhado, que possa ser utilizado por todas as pessoas das organizações de serviços públicos facilitando as suas melhores práticas.

Nesse sentido a TI pode contribuir significativamente e também pode ser usada como ferramenta para impulsionar o desenvolvimento das pessoas e das organizações de serviços públicos. Essa contribuição será efetiva se o PETI estiver alinhado com as novas tendências de mercado.

A ampliação do debate da governança se deve certamente à retração do Estado, promovida pelas estratégias neoliberais nas últimas duas décadas e à clara incapacidade das instituições públicas enfraquecidas de lidar eficientemente com os crescentes problemas urbanos.

A governança pode ser traduzida como a capacidade financeira e administrativa de implementar políticas públicas que objetivam tornar o estado mais forte e menor pela superação da crise fiscal, pela delimitação da sua área de atuação, distinção entre o núcleo estratégico e as unidades descentralizadas, pelo estabelecimento de uma elite política capaz de tomar as decisões necessárias e pela dotação de uma burocracia capaz e motivada (CUNHA, 2000).



A e-governança (e-gov) pode ser entendida como a ampliação dos recursos da TI na gestão pública e política das organizações desse tipo. Este conceito está contemplado no modelo proposto de alinhamento do (PETI).

Segundo Nassif (2002), a grande vantagem do comércio eletrônico é de permitir acelerar o processo de comunicação das secretarias com oito idéias-força que podem prosperar em um conceito *e-governement*: Qualidade na prestação de serviços, transparência e acesso à informação, reestruturação organizacional, autonomia as instituições e gerentes, planejamento e controle baseados em indicadores de desempenho, fortalecimento da capacidade de correlação de políticas na administração, redução inteligente nos custos e qualificação e mudanças no perfil do gestor público.

A convergência de mídia e o processo de integração tecnológica permitem e continuarão fomentando profundas intervenções no cotidiano das esferas pública e privada.

A sociedade digital se integra em um composto de interdependência de recursos e uma busca de otimização do tempo para desempenhar mais atividades que exijam tempo, isto é, uma constante busca para o desenvolvimento de diversas atividades no menor tempo possível.

Referências Bibliográficas

CUNHA, M. A.V.C. **Portal de serviços públicos e de informação ao cidadão: estudo de caso no Brasil**. 2000. 172f. Tese (Doutorado em Administração) – FEA – USP, São Paulo.

DANIEL, Celso. **Gestão local e participação da sociedade**. In: Villas Boas, Renata (org). Participação popular nos governos locais. São Paulo, Polis, 1994.

FISCHER, Tânia. **Poder Local: um tema em análise**. In: Fisher, Tânia (org). Poder local, governo e cidadania. Rio de Janeiro, 1993.

MCGEE, J. **Gerenciamento Estratégico da Informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MINTZBERG, H. **O processo da estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

NASSIF, Luiz. **Governo eletrônico e reforma do estado**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2002.

TOIVONEN, R. **Planning the use of information technology in Marketing: the case of finnish Forest industries**. Forest product journal, Madison, v.49, n.10, Oct. 1999.